



Joel Francisco Decothé Junior\*  
Warley Silva Jardim\*\*

## RESUMO

Lipovetsky é um daqueles poucos filósofos que entendem a ética na pós-modernidade com positividade. Desta forma, o presente artigo busca demonstrar como o autor concebe a virada moral para a pós-moral, conservando o *status* do encontro de uma ética pós-moderna em uma sociedade pós-moralista, onde os direitos individuais parecem ter suplantado os imperativos éticos modernos. No entanto, segundo o filósofo francês, a ética nestes novos tempos democráticos passou por uma verdadeira renovação. Na concebida segunda revolução individualista, o indivíduo pós-moderno, conforme analisa Lipovetsky, deverá ser inteligente o bastante para que, vivendo os gozos passageiros de sua proclamada felicidade individual, não seja irresponsável no cumprimento dos seus deveres, sejam eles consigo mesmo, na sociedade e nas organizações empresariais.

**Palavras-chave:** Vida pós-moral. Neo-individualismo. Sociedade pós-moral. Ética pós-moderna.

## An analysis of Gilles Lipovetsky post-moralist ethics

## ABSTRACT

Lipovetsky is one of the few philosophers who understands ethics in postmodernity positively. In this way, this article seeks to demonstrate how the author conceives the moral turn towards the post-moral, maintaining the status of the encounter of a post-modern ethic in a post-moralist society, where individual rights seem to have supplanted modern ethical imperatives. However, according to the French philosopher, ethics in these new democratic times has undergone a real renewal. In the conceived second individualist revolution, the post-modern individual, as Lipovetsky analyses, will have to be intelligent enough so that, while experiencing the fleeting pleasures of their proclaimed individual happiness, they are not irresponsible in fulfilling their duties, whether they be to themselves, to society or to business organizations.

**Keywords:** Post-moral life. Neo-individualism. Post-moral society. Post-modern ethics.

\* Pós-Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT). Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduação em Teologia pela Faculdades EST e graduação em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Docente da licenciatura em Filosofia no Instituto de Filosofia Espírito e Vida - (IFEV) de Teófilo Otoni (MG). E-mail: joeldecothe@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0275983961321105>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9499-1233>.

\*\* Licenciando em Filosofia pela Faculdade Católica de Anápolis, em parceria com o IFEV (Instituto de Filosofia Espírito e Vida). Bacharelado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). E-mail: silvawarley53@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5807515681250670>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6720-0523>.

## A vida pós-moralista, o que é?

O filósofo Gilles Lipovetsky entende que vivemos no século XXI em uma sociedade pós-moralista, diferente de simplesmente uma sociedade pós-moral. É inevitável que a caracterização dos períodos da história humana perpassasse também a espécie de filosofia, de antropologia, e, sobretudo de ética, que viveram as sociedades que antecederam a esta em que vivemos. Portanto, urge também dizer que a moral mudou ao longo dos anos. Para Lipovetsky, diferindo de outros filósofos, não se perdeu a moral em uma sociedade hipermoderna<sup>1</sup>, apenas ela ganhou novas nuances, novas maneiras de ser compreendida, e, consideravelmente, um novo tipo de “sujeito” que a julga, concebe, e a cumpre, em moldes um tanto diferentes do que anteriormente poderia ser expressa.

Assim, concebe-se que a moral ainda exista, mas que ela tenha ganhado o prefixo próprio de um mundo pós-moderno. Este pré-fixo a persegue dando-lhe uma espécie de conformidade ao que ela mesma se parece: uma moral que se atualiza e se supera, e, por isso, é “pós-moral”. A vida pós-moral caracteriza-se, portanto, nessa afirmação do “pós”, e carrega, segundo Lipovetsky (2005, p. 27), “a designação de uma época em que o sentido do dever é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social, em que a moral já não exige o devotamento a um fim superior”.

A vida pós-moral é, pois, a saída mais bem estabelecida para uma espécie de moralismo-individualista, onde o encontro dos valores éticos é coadunado com a necessidade da afirmação do “Eu” e, que, por fim, resulta em uma espécie de “revolução individualista da moral”. Para Lipovetsky, esta sobretudo não é a primeira revolução da moral: anteriormente o homem já viveu entre os séculos XVII e XVIII algo semelhante. No entanto, o filósofo salienta que nada pode ser comparado ao que se encontra hoje. Em nenhuma outra época a sobreposição dos valores hedonistas superaram tão profundamente a ética cristã e a máxima Kantiana do imperativo categórico. Jamais se viu antes uma reafirmação do primado e do respeito ao homem

---

<sup>1</sup> Lipovetsky entende a hipermodernidade como a chegada ao seu extremo da própria modernidade em um contexto estritamente econômico. Segundo Tonin (2014, p. 4): “o conceito de hipermodernidade seria uma resultante do avanço do capitalismo moderno e que nele opera, entre outras características, uma espécie de potência para liberação do indivíduo (movimento que pretendemos aproximar ao conceito de autonomia)”.

como nesta era. Se antes a moral era louvada e o seu não cumprimento era passível de punição social, hoje se coteja denunciar as ciladas de um moralismo que beira a esquizofrenia da falta de sensatez. A vida pós-moral busca, pois, se afastar de qualquer absolutização moral que não seja capaz, por exemplo, de promover éticas inteligentes nas empresas em relação ao meio ambiente, e que una os desejos pessoais a uma ação ética que não frustrate os lucros, avanços e, que ao mesmo tempo, seja capaz de constituir um “sujeito como ético” (Lipovetsky, 2005, p. 31).

A também concebida “era do pós-dever”, promete ser capaz de “secularizar a ética”. O seu aporte está bem longe de qualquer espécie de instituições sem fins lucrativos, e não está positivada em nenhum código moral já planejado. Assim, para Lipovetsky (2005, p. 31) “entendemos uma sociedade que repudia a retórica do dever rígido, integral e estrito e, paralelamente, consagra os direitos individuais à autonomia, às aspirações de ordem pessoal, à felicidade”. Esta é verdadeiramente, “A era do vazio”<sup>2</sup>, para Lipovetsky.

O vazio está na esteira de uma vida pós-moderna que não mais acredita no futuro, e não aposta em um projeto em longo prazo. A sua preocupação em dizer o que esta mesma sociedade seja e cultive nem mesmo existe. Juntamente com o seu otimismo tecnológico e cientificista, se estagnaram também a aposta em um novo amanhã que seja capaz de acabar com a inércia da mudança. O vigor de uma personalização hedonista nesta sociedade retrata o imenso vazio de sentido que a define: “Um vazio sem tragédia e sem apocalipse” (Lipovetsky, 2005, p. 29). Por isso, uma vida moralista pode ser entendida e encontrada onde há:

A dádiva de si e a observância do dever a perder de vista [...] exaltação de uma vida sem compromissos, entretenimento visual, “bombardeio televisivo”, política-espetáculo e espetáculo publicitário... Ao invés da sacrossanta abnegação de outrora, irrompe a evasão e a violência em gradações diversas; ao invés do nobre apreço às retas intenções, a trepidação da violência midiática e a banalização do cotidiano (Lipovetsky, 2005, p. 31).

---

<sup>2</sup> Título de uma das obras do filósofo intitulada com o mesmo nome.

## As três eras da moral

A vida pós-moralista é apenas o prelúdio da chamada “era do pós-dever”. Para Lipovetsky vive-se hoje a terceira fase da moral. O filósofo classifica-as como: era teológica, era laica moralista e era pós-moralista. Em ambas há características que as definem a partir da fonte que o sujeito moral toma como constituinte da sua eticidade e da personalidade que paralelamente ele carregará. Dessa forma, é nítido afirmar que a adoção de uma espécie de moral implica dizer o tipo e a forma de sujeito que é concebido a partir dela. A conceituação desse sujeito em vista de sua adoção moral não visa apenas fazer juízos de valor (por uma moral boa ou má), mas compreende que determinadas escolhas na vida humana dizem respeito ainda mais profundamente ao meio em que se vive e as consequências que os valores escolhidos implicam diretamente sobre essa relação entre homem e natureza, como por exemplo, a biodiversidade da fauna e flora e o desenvolvimento de uma “consciência verde” (Lipovetsky, 2005, p. 185).

A era teológica é entendida como a supremacia eclesiástica de uma moral centrada na revelação do transcendente e na outorgação de suas leis pela Igreja. Até antes do período moderno (séculos XVII e XVIII), podia-se entender que a moralidade era retrçada pelos valores religiosos, e o seu não cumprimento correspondia ao ostracismo religioso (como causa do pecado) e social. Segundo Lipovetsky (2005, p. 2), nesse período, “corrompido pelo pecado original, o homem não é capaz de encontrar em si mesmo as luzes necessárias para conhecer e praticar a justiça. Fora da Igreja, não há moral”. O Estado adotava os valores cristãos e Deus era o grande Ser que não somente colocava no coração dos seus filhos suas leis, como também punia aqueles que não cumpriam os seus mandamentos.

Assim, a moral no período anterior ao moderno era tida pelo seu “encontro” com Deus. Nada fora de Deus e da Igreja poderia ser tomado como uma atitude moralmente correta.

Era somente através da Bíblia que os homens podiam conhecer a verdadeira moral. A moral não aparece como uma esfera independente da religião. Fora da Igreja e da fé em Deus, não pode haver virtude. Somente o Evangelho, a fé num Deus justiceiro e os castigos do além permitem a eficácia da moral. Sem a Revelação e as sanções divinas, a moral parecia impossível (Lipovetsky, 2004, p. 25).

O advento do Iluminismo juntamente com as suas prerrogativas, e os filósofos que encontraram nesse movimento uma força impulsionadora da liberdade de pensamento e da aplicação sistemática dele, fortaleceram a ideia de que o homem pode ser capaz de postular uma ética que não seja vinculada à religião, como uma espécie de jusnaturalismo<sup>3</sup>. Passada essa era teológica, entra-se a partir do século XVII até o século XX em uma espécie de moral desvinculada da Igreja. Lipovetsky a define como a fase da “moral laico moralista”.

Assim, em uma sociedade laico-moralista, nenhuma espécie de altruísmo é valorizada, nada de sacrifícios e de dificuldades. Ao contrário, tudo agora passa pelo crivo da felicidade individual e da capacidade de que os direitos sejam mais postulados e exaltados do que os deveres. Segundo Lipovetsky (2005, p. 27), entre 1950 e 1960 houve nas diversas sociedades democráticas uma perda de valores significativos no que tange a legitimação da noção de “doação desinteressada e de sacrifício mútuo pelo outro”. A primazia do Eu se coloca como uma espécie de adversário, quando do outro lado está a noção de dever ético, que aparece em seu plano na vida do sujeito pós-moral.

Essa assim concebida sociedade pós-moralista é altamente aberta e plural. Aberta no sentido de que todas as espécies de sociedades podem se agrupar a ela, desde as mais desenvolvidas até aquelas que não a são, e, plural, na medida em que não escolhe o tipo de sujeito ideal que por ela se interesse ou adote os seus valores: pobres ou ricos; heterossexuais, homossexuais ou transsexuais, há espaço para todos. Por outro lado, nessa sociedade, a insensibilidade e a habituação com a dor se tornaram algo natural. As catástrofes e as dizimações de seres vivos são como nada diante dos olhos daqueles que também não encontram na mídia algo que os faça sair do seu estado de aparente “inércia” em relação ao pior (Lipovetsky, 2005, p. 34).

Até mesmo a exaltação das emoções é sinônimo de que uma possível perda do “individualismo do sujeito” está em perigo nessa espécie de sociedade. A absolutização do homem nunca esteve tão em voga como agora. Segundo Brito

---

<sup>3</sup> “A tendência denominada jusnaturalismo é um aspecto na evolução da doutrina do direito natural [...] no jusnaturalismo moderno [...] há um estado de natureza anterior a todo estado social” (Mora, 1994, p. 1616).

(2015, p. 158), ao analisar o período em que novos paradigmas sociais têm ganhado uma nova formulação em sua maior força no século XX, pode-se afirmar que:

Atravessamos uma etapa de profundas alterações sociológicas de alcance global. Há novas legitimidades e formulações em funcionamento, um novo formato da autonomia, diverso daquele da chamada fase democrático-autoritária: eclosão e aceitação da diversidade, supervalorização do prazer, descontração, apreço por liberdade pessoal, psicologismo.

Essas alterações sociológicas tão bruscas são evidentes no campo da sexualidade; das novas formulações familiares; do debate sobre o suicídio e o desvelamento de sua consideração como um ato imoral; dos novos direitos e limites do próprio corpo humano; da nova noção do esporte como um ato narcísico, considerando-o como um verdadeiro espetáculo de belas performances estéticas e a personalização do atleta com o *egobuilding* (criação do próprio ego). Enfim, Lipovetsky sustenta que novas estratégias e novos arranjos éticos são traçados na sociedade pós-moderna e pós-moralista. Latentemente, há um desejo de fazer valer agora com maior força o ideal moderno de “autonomia”, tão sonhado na modernidade e que agora parece ter o seu apogeu (Lipovetsky, 2005, p. 89).

No entanto, Lipovetsky também afirma que a conceituação dos valores concebidos pela sociedade pós-moralista não se trata de um retorno ao passado que a antecedeu, mas antes, segundo Brito (2015, p. 163), que “seu fim é fazer coexistir sem conflitos os diferentes estilos, tornando descontraída a aversão entre o que é tradicional e o que é moderno. Quer, por assim dizer, tornar aberto o que pode soar como antagônico”. Essa mesma sociedade heterogênea constituirá o sujeito neo-narcísico, fruto de sua “personalização” pós-moral.

### **O narcísico na sociedade pós-moralista**

É necessário perceber que o mito de Narciso ganha novas interpretações na sociedade pós-moralista, como aponta Lipovetsky ao dizer da subjetividade desse indivíduo frente a si mesmo e ao mundo ao seu redor. Para ele, o narcisismo de hoje suplantou o dever moral à escala da “subjetividade”. A máxima agora é o enaltecimento de si e a obtenção da máxima potencialidade do bem-estar pessoal. A gestão integral das empresas não diz mais sobre a responsabilidade frente às

consequências de sua ação nos ecossistemas onde ela está instalada, por exemplo, mas, sobretudo a integralidade das pessoas e o quanto elas se sentem felizes e realizadas dentro dessas organizações. Assim, segundo Lipovetsky (2005, p. 61), “o reino do pragmatismo individualista ocupou o lugar do idealismo categórico, os critérios do respeito por si mesmo diluíram-se no ciclo instável e indefinido da personalização, do psicologismo, da operacionalização”.

No aprofundamento da concepção de Lipovetsky sobre o narcisismo em uma sociedade pós-moralista, o filósofo também se afasta de uma interpretação meramente solipsista e, ao mesmo tempo solitária sobre o narcisismo – como é apontada fortemente nas análises psicológicas –, mas argumenta que ele pode ser encontrado em até mesmo grupos idênticos aos objetivos individualistas e justos para suas “bandeiras” identitárias, sendo essas caracterizadas pelo imediatismo e pela circunscrição a esses grupos. Dessa forma, identifica-se uma espécie de “narcisismo coletivo”, que ao longo do tempo se personaliza em uma forma de “psicologismo social” para a sua própria manutenção e para a acolhida de novos membros, servindo-se da arte do convencimento para que isso ocorra.

O atestado de que essa prática tenha se tornado comum na vida do indivíduo pós-moralista é a de que ele tenha colocado diante de si mesmo

[...] o âmago das decisões que deve tomar; ele se vê obrigado a afirmar suas preferências subjetivas dando prosseguimento ao encadeamento da obtenção de autonomia pessoal. Em consequência disso, delineia-se uma notória reivindicação de valores individualistas, como liberdade e autonomia (Mariano, 2018, p. 36).

Assim, sorrateiramente, o narcisismo ganha a exaltação da perfeita solução para a liberdade do corpo e da alma, cotejadas pelo indivíduo pós-moderno. Suas propostas dão ao corpo uma identidade mais do que ontológica e especial. Ele é redescoberto. Existe em si e por si, e possui uma capacidade para se autorrefletir: “O corpo fala”. Desta forma, a personalização do corpo é cada vez mais desejada quando a dicotomia entre a “conservação deste” *versus* o “tempo” aparece e esse polos são tidos como inimigos. A atemporalidade do corpo, a busca pelo seu cuidado com as práticas de exercícios físicos e as soluções que possam retardar o envelhecimento são cada mais cotejadas. Aponta Lipovetsky (2005, p. 43) que: “a normalização pós-moderna se apresenta sempre como o único meio de o indivíduo ser realmente ele

mesmo, jovem, esbelto, dinâmico”. O corpo se tornou sujeito e objeto ao mesmo tempo.

Para Mariano (2018, p. 39), Lipovetsky identifica a virada entre o homem *homo politicus* e o *homo psychologicus* como um estágio preeminente da segunda revolução individualista. Isso significa que a psicologização deste período suplantou os deveres morais cívicos e fez com que a sociedade ganhasse o adjetivo de ser altamente “intimista”. Utilizando-se da classificação de “teatro discreto”, Lipovetsky descobre que o narcisismo é como o teatro. Nele também há uma distância entre o que verdadeiramente o sujeito “sente” e aquilo que de verdade ele quer “expressar”. Dessa forma, o que parece é que a vida social se tornou banal para essa espécie de sujeito. E, tal como pensava Aristóteles, a vida cívica nunca fez tanto sentido para o agente pós-moderno, como agora. Por sua vez, segundo Marcon e Furlan (2020, p. 9), o filósofo Charles Taylor também contribuiu na questão da identidade desse indivíduo narcísico ao apelar para uma dimensão ontológica da vida social a fim de demonstrar que ninguém se torna o que é pela “mera individualidade”. Por isso, contrariando o sujeito pós-moderno e os seus ideais, pode-se dizer que o narcísico é aquele que depende inteiramente do outro e das relações que constrói com ele para ser efetivamente o que é. “A sociabilidade exige barreiras, regras impessoais que são única coisa capaz de proteger os indivíduos uns dos outros; onde, ao contrário, reina a intimidade, a comunidade viva se despedaça e as relações humanas se tornam ‘destruidoras’” (Lipovetsky, 2005, p. 46).

### **A reflexão ética de Lipovetsky**

Como filósofo pós-moderno, e talvez diferente de outros de seu tempo, Lipovetsky não concebe com desânimo os tempos “hipermodernos”. Marcon e Furlan (2020, p. 3), identificam que assim como o filósofo Charles Taylor, que apresenta uma discussão sobre o individualismo e a autenticidade dos indivíduos em uma cultura pós-moderna, Lipovetsky também a possui. Os dois filósofos buscam enxergar a situação a partir de uma postura que fuja da excessiva abordagem negativa da questão.

Taylor (1991/2011) reconhece em Lipovetsky (1983/2005) a descrição precisa do fenômeno do individualismo, em especial no que tange à relação entre o

autocentrismo excessivo e estreitamento ou nivelamento de sentidos vividos. Além disso, pode-se reconhecer, como o próprio autor destaca, maior proximidade entre sua reflexão e a de Lipovetsky (1983/2005) (Marcon; Furlan, 2020, p. 3).

Percebe-se, desta maneira, a relevante abordagem que Lipovetsky postula em sua análise filosófica sobre a sociedade pós-moralista, influenciando, sobretudo, outros filósofos que cotejam áreas similares à da sua pesquisa. Latentemente, a evidência do seu pensamento ganha novos desdobramentos epistêmicos que permitem uma análise ainda mais minuciosa e analítica do problema ético na pós-modernidade. O próprio Lipovetsky diagnostica e aborda a existência de “três estágios da moral”, postulando, assim, que a ética possua três espécies de níveis: a ética facultativa, a ética indeterminada, e, por fim, a ética absoluta.

É importante destacar que a abordagem de Lipovetsky busca apontar com maior ênfase a presença e a aplicabilidade de uma ética pós-moderna nas grandes organizações, tais como ONG's e empresas. Não obstante, a sua aposta, que parte do macro para o micro, toca intrinsecamente as relações empresariais, já que essas são gerenciadas por indivíduos que a todo instante são desafiados a dosarem o modo como a ética pós-moral é vivida em suas respectivas empresas. Assim, no primeiro nível, que corresponde a ética facultativa, Lipovetsky aposta na liberdade de se cumprir ou não o “preceito moral”. Para ele, nem tudo o que é bom moralmente deve ser necessariamente adotado. Neste caso, a ética não deve possuir um papel de ser meramente “boazinha”, como por exemplo, a sua imperatividade apontar para a prescrição de um trabalho vitalício para uma pessoa dentro de uma organização. Pelo contrário, Lipovetsky entende que a missão de uma empresa é primeiramente gerar riquezas que possibilitem a sua subsistência e a total disponibilidade de seus serviços, fazendo com que a solidariedade presente nela esteja conforme o próprio desenvolvimento de sua situação no mercado (Lipovetsky, 2004, p. 59).

O segundo nível da ética, concebida como “ética indeterminada”, é aquela que entende a subjetividade das diversas situações e dos indivíduos que estão sob o julgo da moral em seus diversos contextos e circunstâncias. Ciente de que a aplicação ética deverá considerar todos esses aspectos, Lipovetsky aposta que esse nível de ética seja aquele que mais se aproxima da verdadeira ética “pessoal” de cada indivíduo, pois a consciência é o que está em jogo aqui. Longe de se aproximar da mera

casuística e do probabilismo<sup>4</sup> presente nos séculos XVI e XVIII, Lipovetsky aponta para a consciência pessoal e para o não descobrimento de uma resposta absoluta para o achado de uma ética nesse segundo nível. Assim, mais uma vez, a ética aqui aparece não condicionada a responder previa e acertadamente as provocações morais surgidas nos embates mais complexos.

Quem tem um critério absoluto? Quem pode responder de maneira absoluta a essa questão? Como saber, com certeza onde começam o inaceitável e a indecência? Mais uma vez, trata-se de um caso de consciência. Pois, o que choca um, não choca o outro. A ética, obviamente, prescreve a honestidade e a transparência. Mas se trata de um absoluto? (Lipovetsky, 2004, p. 60).

Por fim, o terceiro nível da ética, é considerado como “ética absoluta”. Aqui, não há espaço para o laxismo diante das regras, e, portanto, aparentemente o imperativo categórico possui uma função muito enriquecedora na moralidade que deve ser efetivamente cumprida pela empresa em relação aos seus trabalhadores. Segundo Lipovetsky (2004, p. 61), “melhorar as condições de trabalho, investir em saúde, estabelecer políticas de prevenção e de redução dos acidentes de trabalho”, contribuirá para a assecuridade dos direitos inalienáveis que a absolutização ética ainda resiste em não deixar esquecidos.

Nesse mesmo sentido, Lipovetsky também não se esquece de que os consumidores também são figuras importantes para a plena aplicação da “ética absoluta”. A omissão de informações sobre o produto adquirido equivale a uma quebra na prerrogativa que a maioria das empresas diz possuir em seus *slogans*: “Você é a nossa maior preocupação” ou ainda “A gente se importa com você”. Ao criticar a hipocrisia presente nessa espécie de discurso, Lipovetsky analisa que a vida deve ser mais importante do que o próprio lucro. E que, caso necessário, esse último deverá ser preterido em razão da não inadmissibilidade do desrespeito a pessoa humana.

Se a ética na empresa tem um sentido, não pode reduzir-se apenas ao respeito à lei; os códigos de ética devem almejar um ideal “superior”, impor regras e normas mais “elevadas” que o direito positivo. [...] Se esse nível de obrigação moral é incondicional, tem-se uma resposta ao problema recente do acesso dos países em desenvolvimento aos medicamentos essenciais (Lipovetsky, 2004, p. 62).

<sup>4</sup> “Na esfera prática, o probabilismo é a norma que manda agir de acordo com o mais provável ou verossímil, o que equivale a reger-se pelo ‘conveniente’, pelo ‘adequado (às circunstâncias)’, pelo plausível” (Mora, 1994, p. 2376).

Esses níveis esclarecedores da ética, segundo Lipovetsky, são fruto do atestado de que a própria sociedade produziu para si mesmo, isto é, não mais um imperativo categórico conforme os modelos kantianos, mas uma abordagem que “à la carte” possa ser estabelecida sem que os direitos inalienáveis ainda estejam em suas bases acompanhados dos direitos individuais de cada um. Lipovetsky mostra-se esclarecido e ciente de que as bases para uma nova consolidação das ações morais não estão mais na rigidez de sistemas éticos intransponíveis, e nem mesmo na aposta de um laxismo que beire à barbárie. Para ele, o respeito e a consolidação por novas maneiras de pensar os imperativos éticos nesses “novos tempos” devem ser respeitados, e, quando possível, colocados em funcionamento.

Nessas condições, defendo uma ética aberta e pluralista, associando perspectivas filosóficas tradicionalmente opostas. Em matéria de ética, convém, na realidade, defender, ao mesmo tempo, uma filosofia estrita e modesta, categórica e pragmática, rigorista e utilitária, incondicional e inteligente, absoluta e instrumental (Lipovetsky, 2004, p. 58).

### **Ética da prudência e da responsabilidade?**

Observa-se que, para Lipovetsky, a questão ética não é uma espécie de sistema fechado, ou muito menos de total abandono dos esquemas e leis morais contemporâneos. A sua ética postula a observância de direitos e deveres pós-modernos com base na prudência que seus indivíduos devem possuir como uma espécie de “individualismo responsável”.

Por toda a parte, o individualismo desenvolve-se tomando duas formas radicalmente impostas: por um lado, aumento da busca dos limites legítimos a fixar à liberdade de cada um; por outro lado, aumento do esquecimento ou da negação do direito dos outros (Lipovetsky, 2004, p. 38).

O encontro de uma “ética da prudência” nas empresas é parte significativa de uma aposta que fuja de um radicalismo moral, aberto demais, ou fechado demais, segundo Lipovetsky. Por isso, no alvorecer de uma nova “espécie de dever”, uma ética prudente pode ser a mais indicada para estes novos tempos. Essa ética está em construção permanente, e é preciso cautela ao destacar uma ética especial e perfeita em detrimento de outra (Lipovetsky, 2005, p. 32). No que tange, por exemplo, a uma

ética dos negócios, torna-se impossível, diz Lipovetsky (2004, p. 65), exigir uma ética desinteressada de qualquer espécie de desejo econômico e benefício próprio para as empresas, já que o interesse é inerente à sua própria organização enquanto instituição. Para ele, o que deve ser respeitado, no entanto, são as prerrogativas dos princípios mais próximos de um “humanismo moral”.

As discriminações em matéria de contratação, de remuneração, de acesso à formação, de promoção, de demissão, etc., com base em origem étnica, religião, sexo ou orientação sexual, constituem atentados contra a moral, assim como as diferentes discriminações sexuais ou religiosas no local de trabalho, a exploração dos mais fracos, dos desfavorecidos, dos mais jovens, violam o princípio do respeito à pessoa (Lipovetsky, 2005, p. 65).

Tratando dessa mesma importância da pessoa humana nas empresas, a filósofa Adela Cortina diz que as organizações devem sempre estar conscientes de que elas não são compostas somente por “empresários”, mas, sobretudo, daquilo que ela denomina ser “um grupo humano maior”, e, desta forma, o vislumbre de uma ética empresarial deverá passar pelo crivo de um sistema econômico que seja capaz de reconhecer ampla e inclusivamente todas as etapas da sustentabilidade orgânica desta mesma empresa, sobretudo aquelas que tratam da relação ética e do êxito econômico (Cortina, 2007, p. 43).

A ética empresarial pode, efetivamente, ser considerada um dos ativos produtivos que uma economia e uma sociedade podem ter. Quer o descrevamos como um “sentimento moral construtivo” (usando uma expressão antiquada) ou como um elemento do “capital social” (para usar um conceito muito utilizado atualmente), é difícil pôr em questão a imensa contribuição da moral empresarial e do comportamento ético para o êxito econômico.

Para além de uma ética da prudência, segundo Costa (2012, p. 99), Lipovetsky também aposta em uma ética da responsabilidade. A promoção de ações e de relações oriundas desta deverão partir do princípio que possa equilibrar o “hiperindividualismo” da sociedade pós-moral, e ao mesmo tempo possa privilegiar uma preocupação com o outro, em uma sustentabilidade orgânica, isto é, que privilegie todos os seres vivos, e, inclusive, os ecossistemas e a fauna animal. Para Lipovetsky (2005, p. 186)

O ciclo revolucionário está concluído, a primazia cabe à *perestroika* ética. As injunções formais ao dever estão carcomidas, logo, é o momento de exaltar a responsabilidade sem fronteiras, ecológica, bioética, humanitária, econômica ou midiática.

Para Costa (2012, p. 99), Lipovetsky determina a culminação de todo esse projeto ético no estabelecimento de uma “renovação ética”. A minimização dos efeitos catastróficos no meio ambiente, o prolongamento da vivência das diversas espécies e a harmonia entre avanço tecnológico e natureza poderão “prover condições e meios para que a vida seja desfrutada em sua plenitude, com abundância de saúde, ou seja, prever possíveis males futuros em decorrência da condição humana e da condição social”. Por isso, Lipovetsky pressupõe que a presença de uma ética responsável seja luz em uma vida pós-moral que, ou será ética, ou não será nada. Nesse aspecto, a responsabilidade deve atuar como uma espécie de “inteligência responsável” e um “humanismo aplicado”, de tal forma que favoreça uma “ética razoável”, onde a harmonia entre valores edulcorados pela sociedade e os desejos pessoais sejam sempre compensados mutuamente (Lipovetsky, 2005, p. 186-188).

### Considerações Finais

Lipovetsky é um filósofo consciente de que a virada ética na sociedade pós-moderna já ocorreu e que é preciso estabelecer uma abertura de consciência por parte do indivíduo pós-moral, sobretudo para que este não precise fechar os seus olhos para o convite que a “pós-moralidade” lhe faz. A superação de qualquer espécie de ética virtuosa ou de imperativo categórico deu passagem para uma nova espécie de concepção da ética na pós-modernidade. A valorização de uma ética que concilie direitos e deveres pessoais é o sinal de que nenhuma outra espécie de instituição legisla sobre o querer desse indivíduo pós-moderno, a não ele mesmo e as suas necessidades, elevadas até a máxima potência de sua subjetividade e felicidade.

O que se encontra na ética de Lipovetsky é uma moral do neo-individualismo indolor. Significa que o valor de si mesmo e da autorrealização do indivíduo seja o cânone para julgar essa nova panaceia ética. O que outros autores do seu tempo veem como um pessimismo exacerbado para estes novos tempos – como é o caso de Zygmunt Bauman em sua “modernidade líquida desesperançada” –, para o filósofo

francês a ética pós-moralista deve ser presumida como uma aposta real de que ainda há uma centelha de esperança no caos dos discursos que apelam para uma completa derrocada da moral nas novas sociedades contemporâneas.

A possibilidade de se cotejar uma ética prudente e responsável pode ajudar o indivíduo pós-moderno a não se sentir frustrado no cumprimento de normas que envolvam o respeito ao próximo, a proteção ao meio ambiente, os direitos humanos, a liberdade de imprensa, ao mesmo modo em que nos desejos econômicos (como vistos no caso de uma ética empresarial), a satisfação de suas próprias prerrogativas, e a felicidade entendida com máxima autonomia e liberdade desse mesmo indivíduo, possam conviver em um mesmo espaço, isto é, no centro de uma sociedade pós-moralista.

## Referências

BRITO, Wallace da Costa. Os conceitos pós-modernidade e hipermodernidade em Gilles Lipovetsky. **Perspectivas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 155-182, jul./dez. 2015.

CORTINA, Adela. **Construir confiança: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações**. Tradução de Alda da Anunciação Machado. São Paulo: Loyola, 2007.

COSTA, Renato de Lima da. **Ética e religião em Gilles Lipovetsky: Uma análise da obra "A sociedade pós-moralista"**. 2012. 187 p. Dissertação (Mestrado Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARCON, Gilberto Hoffmann; FURLAN, Reinaldo. A questão identitária na pós-modernidade: autenticidade e individualismo em Charles Taylor. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 31, p. 1-10, jan. 2020.

MARIANO, Paloma Volski. O Narciso como signo do individualismo contemporâneo: o vazio preenchido pela angústia e solidão. **Revista Sísifo**, Feira de Santana, v. 1, n. 7, p. 35-45, mai. 2018.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Tomo II (E-J). São Paulo: Loyola, 2001.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Tomo III (K-P). São Paulo: Loyola, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade pós-moralista**. O crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. Tradução de Armando Braio Ara. São Paulo: Manole, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2004.

TONIN, Juliana. O espetáculo não é o coveiro da razão: mídia e autonomia em Gilles Lipovetsky. **Intexto**, Porto Alegre, n. 31, p. 1-15, 2014.

Recebido: 18/03/2025  
Aprovado: 15/05/2025